



23 DE MARÇO 2009
Segunda-feira

- **CRISE CORTA 750 MIL VAGAS ENTRE NOVEMBRO E FEVEREIRO**
- **INSS DEVOLVE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE**
- **PAGAMENTO JUDICIAL TAMBÉM É TRIBUTÁVEL**
- **PAÍS DEIXA DE VENDER 320 MIL CARROS PARA EXTERIOR**
- **ARCELOR MUDA COMANDO EM MEIO A QUEDA DE PRODUÇÃO**
- **BRASILEIRO ACREDITA QUE DESEMPREGO VAI AUMENTAR**
- **CONTRIBUINTE PODE AGENDAR IR A PARTIR DA 1ª QUOTA**
- **FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS EM ÉPOCA DE CRISE**

Câmbio		
Em 23/03/2008 às 15:18h		
	Compra	Venda
Dólar	2,261	2,263
Euro	3,082	3,085

CRISE CORTA 750 MIL VAGAS ENTRE NOVEMBRO E FEVEREIRO

23/03/2009 – Estadão

SÃO PAULO - A crise financeira internacional eliminou cerca de 750 mil empregos formais entre novembro e fevereiro no País, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgado nesta segunda-feira, 23. De acordo com o estudo, este volume representa uma queda de 2,3% do emprego formal no período.

O setor mais atingido foi a agropecuária, com recuo de 7,9% das vagas em dezembro e de 8,6% no acumulado até fevereiro. Em seguida, ficou a indústria de

transformação, que registrou perda de 3,6% dos postos com carteira assinada em dezembro e de 5,0% no acumulado até fevereiro.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que três setores conseguiram retomar em fevereiro o nível de estoque de empregos formais de novembro: serviço industrial de utilidade pública, serviços de alojamento e alimentação e serviços médicos e odontológicos.

O coordenador de Estudos do Dieese, Ademir Figueiredo, ressaltou que dezembro é, tradicionalmente, um mês de aumento das demissões. "Independente deste momento de crise, dezembro é um mês de ajuste do emprego", afirmou.

Figueiredo estimou que, sem o efeito da crise, o País teria perdido, de qualquer forma, 350 mil postos no último mês de 2008, e não os 655 mil apontados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). "A perda de 350 mil vagas já acontece todo ano em dezembro, e tem a ver com a ausência de mecanismos que inibam a dispensa imotivada", disse.

Para ele, o resultado do emprego de dezembro é preocupante. "O nosso desafio é recuperar as vagas perdidas e continuar gerando empregos", avaliou. "Neste momento, assegurar os processos de negociação de salários é fundamental para sairmos da crise." Figueiredo chamou atenção para o fato de que o fortalecimento do mercado interno contribuiu de forma decisiva para a trajetória recente de crescimento da economia brasileira e pode ser uma estratégia de combate à crise.

"Estimular o mercado interno produtivo, proteger o mercado de trabalho, assegurar e ampliar a proteção social são os principais desafios para a sociedade brasileira", diz o estudo. O coordenador de Estudos do Dieese ressaltou que o impacto da crise deve ser avaliado em cada setor da economia e cada região do País para possibilitar medidas específicas de estímulo para cada segmento. Figueiredo lançou um alerta: "Os trabalhadores não vão aceitar que alguns setores queiram contaminar a discussão de aumento salarial com a questão da crise."

Medidas

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, pediu ao governo medidas como a aceleração da queda da taxa de juros e do spread (diferença entre o custo de captação de dinheiro por um banco e a taxa de juros por ele cobrada), assim como a elaboração de uma "agenda positiva" para diminuir a elevada rotatividade do emprego. "Não tem lei que obrigue o empresário a discutir com o sindicato, a discutir alternativas", protestou, afirmando que parte das empresas, de fato, não negocia com os sindicatos antes de demitir. "É essa situação que a gente quer debater. É preciso que a empresa demonstre a real situação financeira, que ela apresente alternativas (à demissão) em conjunto com os sindicatos, e isso não tem sido feito", cobrou.

Henrique alertou para a possibilidade de empresas não concederem reajustes salariais neste ano usando a crise como "desculpa". Ele declarou que os trabalhadores devem resistir a essas pressões. "Nós defendemos que é fundamental continuar havendo emprego e renda para fortalecer o mercado interno. Para isso, reajustar os salários dos trabalhadores é fundamental", defendeu.

Na avaliação do sindicalista José Maria de Almeida, da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), as campanhas salariais de 2009 serão marcadas pela discussão da crise.

"Para as empresas, isso vai ser usado como argumento para não reajustar o salário dos trabalhadores, e nós, obviamente, não vamos aceitar essa situação", declarou, acrescentando que, se as empresas não comprovarem dificuldade econômica, os sindicatos não aceitarão a ausência de reajuste. Almeida avaliou que a discussão das campanhas salariais deve ser acompanhada de uma pressão sobre o governo para a elaboração de leis de proteção ao trabalhador.

Para pressionar o governo a tomar medidas de proteção ao trabalho, as centrais marcaram para o dia 30 o Dia Nacional de Luta em Defesa do Emprego. A data será marcada por protestos em defesa de políticas econômicas anticíclicas, que estimulem a economia e evitem o aumento do desemprego.

INSS DEVOLVE VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE

23/03/2009 – Gazeta do Povo

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) restituirá a 1,2 milhão de beneficiários, na folha de pagamento de março (a ser paga em abril) o valor descontado a mais na folha de pagamento de dezembro de 2008. Ao todo, o INSS restituirá R\$ 40.363.145,30 para 1.205.494 pessoas que tiveram o imposto descontado a mais com base na tabela anterior do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Os valores médios de restituição variam entre R\$ 0,06 e R\$ 177,04, com uma média de R\$ 33,48 em todo o Brasil. O estado de São Paulo terá o maior volume de restituições: 513.319 segurados com um total de R\$ 16.728.719,47. Nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo há 294.582 beneficiários, que receberão um total de R\$ 10.155.673,77. Na área que engloba Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 214.630 pessoas receberão um total de R\$ 6.920.200,14.

PAGAMENTO JUDICIAL TAMBÉM É TRIBUTÁVEL

23/03/2009 – Gazeta do Povo

Como regra geral, os rendimentos recebidos por meio de ação judicial, a partir de revisão de proventos, aposentadorias ou pensões, devem ser declarados como "Rendimentos Tributáveis" na declaração do Imposto de Renda. Sobre o valor total incide, portanto, a mesma tabela aplicada a qualquer outro tipo de renda. O problema é que, em muitos casos, esses valores não estariam sujeitos à tributação se tivessem sido pagos na época correta. E então, o que fazer para não pagar o imposto?

A advogada tributarista Sabrina Naschenweng diz que o contribuinte deve declarar os dados e pagar o imposto, para, no futuro, reaver a diferença judicialmente. "Já existem várias decisões favoráveis nesse sentido. A tese de que o contribuinte tem o direito de ser tributado pelo que seria pago mês a mês é bastante aceita", explica. "Isso vale para qualquer ação trabalhista em que a pessoa recebe o montante de uma vez só."

"Esta questão só pode mesmo ser discutida na Justiça", diz o delegado da Receita Federal em Curitiba, Vergílio Concetta. "Pela norma administrativa, a tributação se dá pela tabela vigente no mês do pagamento, e pelo valor acumulado."

Precatórios

É justamente este tipo de informação que traz dúvidas ao aposentado Faifer Davidson, que prepara sua declaração de IR. No ano passado, ele recebeu um precatório relativo à diferença nos seus proventos por conta dos planos Collor e Bresser. "Se o valor tivesse sido pago na época, provavelmente estaria isento. Então, não sei como declarar."

A orientação de Sabrina e do também advogado tributarista Gilson Faust, da Pactum Consultoria, é que ele declare normalmente neste ano, para depois tentar o ressarcimento. "Para que o contribuinte não declare e tribute o valor, é necessário que ele interponha uma medida judicial para depositar judicialmente o dinheiro", explica Faust.

Declaração

O prazo para declaração do Imposto de Renda Pessoa Física termina em 30 de abril. Deve prestar contas ao Leão quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 16.473,72 no ano passado, ou não-tributáveis superiores a R\$ 40 mil. O programa para envio dos dados e as demais informações estão disponíveis no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

PAÍS DEIXA DE VENDER 320 MIL CARROS PARA EXTERIOR

23/03/2009 – O Estado do Paraná

Em três anos, 320 mil carros brasileiros deixaram de circular pelas ruas de vários países que antes importavam modelos fabricados no País. Dólar desvalorizado, custos altos e mais recentemente a crise global estancaram as exportações das montadoras, que chegaram a vender ao exterior 35% da produção. Este ano, o índice não deve passar de 13%, provocando dificuldades à escala produtiva.

"A exportação é um pulmão para a empresa", define Thomas Schmall, presidente da Volkswagen, maior exportadora de automóveis do Brasil, que tenta manter presença no mercado externo. A empresa perdeu importantes contratos como o de 100 mil unidades anuais do modelo Fox para a Europa, além de vendas do Gol para a China. Em 2008, exportou 180 mil veículos, número que cairá para 160 mil este ano.

Companhias que realizaram investimentos para fazer da filial brasileira base de exportação veem os planos ruir. A queda nos negócios externos, intensificada a partir de 2006 pela situação do câmbio, se acentua com a crise financeira, que reduziu o consumo mundial e torna difícil ao País recuperar os negócios. Só no primeiro

bimestre, o volume de veículos exportados por todas as marcas foi 57% menor ante igual período de 2008, com apenas 49.778 unidades.

ARCELOR MUDA COMANDO EM MEIO A QUEDA DE PRODUÇÃO

23/03/2009 – Valor Econômico

Os efeitos da crise econômica global podem levar o grupo ArcelorMittal a reduzir sua estrutura de gestão no Brasil para cortar custos, avaliam fontes próximas da multinacional. Mudanças no comando da subsidiária brasileira foram anunciadas na sexta-feira, com a saída de José Armando de Figueiredo Campos do cargo de presidente da holding ArcelorMittal Brasil e de presidente-executivo da divisão de planos da Aços Planos América do Sul. Benjamin Mário Baptista Filho, vice-presidente comercial da área de planos, foi escolhido para ocupar o cargo de Figueiredo na gestão da divisão de planos acumulando a gestão da ArcelorMittal Tubarão e da Vega do Sul com a da área comercial. Mas, não foi divulgado o nome de seu substituto na holding.

A maior siderúrgica do mundo vive hoje momentos difíceis por conta da retração da demanda por aço devido a recessão mundial e a falta de crédito, além de estar com uma dívida próxima dos US\$ 30 bilhões. Baptista Filho assume a direção da divisão de planos numa conjuntura em que a ArcelorMittal Tubarão fez cortes de 35% na sua produção e decidiu fechar seu alto-forno 2 em dezembro, previsto para ser reformado em 2010. O executivo, que tem 17 anos de casa, assume o cargo a partir de 1º de abril disposto a enfrentar "o desafio que o momento exige".

Engenheiro metalúrgico formado pela PUC-RJ, disse ao Valor que no primeiro bimestre a área de planos operou com 63% da produção média do ano passado. "Em termos de produção estamos fabricando o que podemos vender, o equivalente a 60% da nossa capacidade, mas confiamos que temos mercado para continuar neste nível de produção pelos próximos meses". Baptista Filho acredita que o mercado de aço deve entrar em recuperação a partir do segundo semestre. "Mesmo o mercado doméstico, que contraiu 50%, deve melhorar", diz.

Ele e Figueiredo atribuem a "boatos" as notícias de que a ArcelorMittal estaria colocando à venda seus ativos no Brasil. Para ambos, a prova mais forte de que o grupo não pretende se desfazer de suas operações no país é que continua investindo em sua expansão no e até agora manteve o quadro de 4,9 mil funcionários. Baptista Filho informou que a multinacional tem mantido sua estratégia de ampliar a área de planos, tanto que manteve o projeto de duplicação da capacidade de produção de tiras a quente da ex-CST de 2 milhões para 4 milhões de toneladas a partir de fim de abril deste ano, um investimento de US\$ 124 milhões. Também está construindo uma unidade de galvanizado focada em construção civil e eletrodomésticos com previsão de começar a operar em maio de 2010 com uma capacidade de 350 mil toneladas, que vai custar US\$ 128 milhões. "Vamos produzir galvalume e entrar firme na concorrência com a CSN, que hoje domina este mercado."

O novo presidente da divisão de planos da Arcelor Mittal adiantou que já está correndo atrás de demanda pelas tiras à quente a partir do segundo semestre. "A estratégia é ampliar a exportação de bobinas a quente para o mercado asiático acima de 60 milhões de toneladas anuais, apesar deste volume ter se reduzido pela metade com a crise." Ele projetou para 2009 uma produção de 5,5 milhões de toneladas de aço da ArcelorMittal Tubarão, ante 7 milhões de toneladas no ano passado.

Depois de passar o cargo para Baptista Filho, Figueiredo vai permanecer no conselho da ArcelorMittal Brasil, mas não terá mais funções operacionais no grupo, onde vai manter função de consultor. "Espero que Baptista queira ainda trabalhar comigo", brincou.

BRASILEIRO ACREDITA QUE DESEMPREGO VAI AUMENTAR

20/03/2009 – Agência CNI



Brasília – Sete em cada 10 brasileiros acreditam que o desemprego no país vai aumentar nos próximos seis meses em virtude dos efeitos da crise internacional, revela a pesquisa CNI/Ibope divulgada nesta sexta-feira, 20 de março, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. Para 68% dos entrevistados, o desemprego vai aumentar nos próximos seis meses. Esse percentual era de 63% na pesquisa anterior, de dezembro passado.

O número marca uma consolidação do temor do desemprego, uma vez que nas duas rodadas anteriores da pesquisa, em junho e setembro do ano passado, esse valor tinha sido de 52% e 40%, respectivamente. A pesquisa CNI/Ibope foi

elaborada, entre os dias 11 e 15 deste mês, a partir de 2.002 entrevistas conduzidas em 144 municípios de todo o Brasil.

Segundo a pesquisa, para 18% dos eleitores o desemprego vai aumentar muito nos próximos seis meses. Em dezembro esse índice fora de 17%. A variação maior foi entre os que acreditam que o desemprego vai aumentar, que passou de 46% em dezembro para 50% na atual edição. O índice de 68% é a soma dessas duas respostas.

Para 16% dos respondentes o desemprego não vai mudar nos dois trimestres seguintes, queda de quatro pontos percentuais ante a pesquisa anterior. A CNI/Ibope mostrou também que caiu o número de eleitores que acreditam que o desemprego diminuirá no País nos seis meses seguintes. Esse índice saiu de 14% em dezembro para 12% em março. Um por cento dos entrevistados disse que o desemprego vai cair muito, mesmo percentual da CNI/Ibope de dezembro (2% não souberam responder, em ambas as edições).

CONTRIBUINTE PODE AGENDAR IR A PARTIR DA 1ª QUOTA

23/03/2009 – Notas COAD

Dentre as novidades apresentadas para este ano na Declaração do Imposto de Renda, a pessoa física poderá optar pelo débito automático do pagamento do imposto devido, já a partir da 1ª quota ou da quota única, desde que a declaração seja entregue até o dia 31-3-2009.

Se a declaração for entregue no mês de abril/2009 o contribuinte poderá optar pelo débito automático do pagamento da 2ª quota em diante.

Para efetuar o débito automático é necessário que o contribuinte assinale "sim" no campo indicador de débito automático e informe o banco, a agência e o número da conta onde deseja que sejam realizados os débitos das quotas.

A entrega de Declaração de Ajuste Anual IRPF 2009 retificadora após o prazo cancela o agendamento do débito automático.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS EM ÉPOCA DE CRISE

23/03/2009 – O Estado do Paraná

Não demorou e a crise, que começou no mercado imobiliário norte-americano e no final de 2008 atingiu o mercado financeiro reduzindo a oferta de crédito no mundo, chegou ao Brasil para a infelicidade do governo e suas previsões, mais fortes que uma "marolinha".

As empresas já anunciam cortes de vagas de trabalho e investimentos. Em breve, haverá queda da renda. Com este cenário, não há mais dúvidas de que o mundo passará por um período de recessão, tão grave quanto aquele de 1929.

Já existe um consenso no Brasil de que a economia nacional sofrerá uma desaceleração e que as relações "empregado x empregador" ficarão tensas, como no caso recente das demissões da Embraer.

É neste cenário de tensões que velhas idéias ressurgem como salvação dos empregos e da economia. Uma delas é a polêmica flexibilização das leis do trabalho, posta novamente como a principal responsável pelas dificuldades do empresariado nacional e pela redução da oferta de emprego.

Afirmam seus defensores que a CLT é desatualizada e muito rígida para as regras atuais do mercado, o que impede o desenvolvimento da economia, argumentam, portanto que a flexibilização seria uma solução mais oportuna.

Oportuna ou oportunista? Se analisarmos a história, veremos que em todos os momentos de crise onde houve negociações entre o capital e o trabalho, o conceito básico utilizado sempre foi o mesmo, "patrão pede e empregado aceita", pois afinal de contas, todos precisam entrar com alguma cota de sacrifício para manter o nível de emprego.

Por certo, há necessidade de reforma nas normas que regem as relações de trabalho, mas também é notório que a carga tributária imposta ao setor produtivo, uma das mais altas do mundo, contribuem em muito para frear a economia.

Acreditamos, portanto, que antes de qualquer reformulação dos direitos e garantias dos trabalhadores, faz-se necessária uma profunda e necessária reforma tributária, tão aguardada por toda a sociedade, onde aliada a uma política séria e responsável de redução dos gastos públicos e combate a corrupção, trará indubitavelmente a força que a economia nacional necessita para gerar novos postos de trabalho e conseqüentemente o aumento do consumo interno.

George Ricardo Mazuchowski é advogado. Especialista em Direito material e processual do trabalho. george@idevanlopes.com.br , www.idevanlopes.com.br